



Ata reunião ordinária da Comissão

Aos 30 dias do mês de Janeiro de dois mil e vinte, às onze horas, teve início a reunião ordinária da Comissão com a presença do Sr. Valtermir Pereira, Secretário de Finanças, Sr. Edilson Stela, Secretário Adjunto, Sr. Marcelo Marcolino, Gerente da Gestão Tributária, Sr. Cristiano Falco, Diretor da Fiscalização Tributária, Sr. Wezer de Lamos Gomes, Inspetor Fiscal, Sr. Nicodemos Rodrigues Gouveia, Fiscal de Tributos I, Sr. Carlos Gomes Freitas, Agente de Fiscalização III, Sr. Renan Blenner Nunes do Carmo, Agente de Fiscalização Municipal I, Iniciou-se a reunião com os esclarecimentos relativos a melhorias da parte elétrica da Divisão que foram realizadas. O Sr. Cristiano informou a respeito das ordens de ação fiscal relativas aos serviços de Buffet, e o andamento do processo relativo ao Convênio a ser firmado com a Receita Federal. O Sr. Nicodemos apresentou alguns dados estatísticos com relação a evolução da arrecadação e ressaltou a importância de acompanhamento do ICMS e a necessidade de se adquirir um software que faça a leitura do SPED voltado especificamente para acompanhamento do ICMS. O atual programa não faz a leitura do SPED. O Sr. Nicodemos ressaltou a importância da contratação de um sistema de informática para auxiliar a conferência de valor adicionado das empresas que compõem o Índice de Participação dos Municípios, contudo possuindo objeto específico para tanto e não fazendo parte de um sistema geral, ou seja, um sistema único, devendo ser separado do sistema que trata do ISSQN sendo um específico para conferência de DIPAM e outro do ISSQN. O Sr. Secretário autorizou a abertura de processo administrativo de licitação distinto conforme proposto, com objeto específico e não em conjunto. O Sr. Wezer apresentou como meta para 2020 o monitoramento e estudos para posteriormente realizar fiscalização de grupos de atividades. O Sr. Cristiano esclareceu que estes estudos estão sendo realizados contudo no foco em empresas que não estão recolhendo imposto ou abaixo da média, e nestes grupos identificar os Contadores e contatar os mesmos, e apresentar a relação das empresas e alertar que a não regularização pode implicar em abertura de ação fiscal. A intenção é que os Contribuintes façam uma denúncia espontânea. Foi também ressaltado a importância de se reforçar e ampliar a divulgação da nota fiscal premiada por meio da campanha de Marketing. O Sr. Secretário ressaltou a inadimplência de IPTU. O Sr. Carlos propôs uma maior agilidade na confecção da Taxa de Licença e Publicidade e propôs que as primeiras parcelas já deveriam vencer nos meses de janeiro/fevereiro. Foi proposto o “IPTU digital”, havendo um incentivo por meio de descontos para os contribuintes que fizerem a adesão, ou seja, nos meses de outubro/novembro o Contribuinte deveria fazer a opção em receber o carnê digitalmente ou impresso, sendo que se optar por meio eletrônico obteria um desconto a ser definido ainda. Não havendo esta escolha o carnê seria entregue normalmente via correios. Semelhantemente aos carnês da taxa de licença e publicidade. Ficou acordado propor ao Prefeito retirar o incentivo de 5% de desconto do bom pagador em razão de não ter surtido efeito uma vez que houve aumento da inadimplência. O Sr. Renan alertou para uma possível queda na arrecadação de IPTU em razão da maioria dos imóveis terem sido recadastrados em 1999, e agora no exercício de 2020 as construções passariam a ter mais de 20 anos, implicando no desconto do fator obsolescência. O valor global implicaria um desconto global 1,5% em comparação ao exercício anterior. Foi proposto também uma revisão da PGV devendo ser realizados estudos e posterior aplicação para o exercício de 2021. Foi informado também que a empresa Milenium foi orientada a verificar terrenos que constam como construção, mas foram derrubadas para a construção de novos empreendimentos, então estes casos devem ser comunicados para aplicação de alíquota de terreno vazio, uma vez que a construção



FOLHA DE INFORMAÇÃO

antiga foi demolida, sendo estes casos em sua maioria empreendimentos de condomínios / apartamentos. A empresa Milenium já apresentou relatório de aproximadamente 200 imóveis nesta condição. O Sr. Wezer esclareceu que está sendo realizado um estudo para revisão do CTM, o Sr. Secretário questionou o prazo e sugeriu a conclusão em aproximadamente três meses. O Sr. Nicodemos destacou a importância da realização de cursos de capacitação, sendo dirigido principalmente a Auditoria Fiscal. O Sr. Secretário solicitou fazer um orçamento destes cursos, inclusive sendo ministrado na própria Prefeitura. Sendo estas as questões pertinentes a DFT, foi dada a palavra ao Sr. Renan que apresentou as ações da DCI. Esclareceu que foram revisados 100% das isenções de aposentados, onde alguns já haviam falecidos, porém os herdeiros continuavam a usufruir do benefício. Aproximadamente trezentas isenções foram canceladas. Também foram revisados praticamente todos os CEPs dos imóveis, e da mesma forma os CPFs. Foi efetuado a fiscalização e implantação de quinhentos e quarenta imóveis que tiveram alterações nas construções contudo não solicitaram a conservação. Houve a implantação de novos condomínios, aproximadamente trezentos e noventa e sete lançamentos. Esclareceu que houve uma melhora na comunicação entre Prefeitura e Poupatempo no sentido da emissão das guias de ITBI e melhor treinamento dos funcionários. O Sr Edilson questionou o andamento da implantação do VVR, foi esclarecido que não houve avanços com relação a esta questão. Ficou acordado fazer novos estudos de VVR. Como metas para 2020 melhorar a capacitação dos Servidores com relação aos pedidos controversos de isenção de IPTU. Esgotadas as questões da DCI foi dada a palavra ao Sr Carlos para esclarecer as ações da DCM tendo como base o Relatório elaborado pela Diretora Maria Fátima. Foi esclarecido que os Cadastros das empresas são constantemente verificados com o intuito de se manter uma base cadastral atualizada, por meio de consultas ao site da JUCESP e Receita Federal realizando pesquisas por meio da internet. Em alguns casos existem até lançamentos retroativos. Está sendo atualizado o número de funcionários das empresas. Quando se detecta algum caso está sendo solicitado a RAIS as empresas. Finalmente esclareceu que está sendo implantado o Via Rápido pelo Governo Federal e Mauá pretende aderir ao novo sistema e provavelmente se inicia em quinze de Fevereiro. O Sr. Wezer apresentou como última demanda a necessidade de um crachá mais apropriado, o Sr. Secretário autorizou prosseguir com o estudo. Por último foi discutido a meta a ser implantada, onde o Sr. Nicodemos apresentou alguns estudos onde com uma nova meta entre 8% e 10%. O Sr. Secretário propôs 14%. Após a discussão chegou ao consenso de estabelecer a meta em 10% para os próximos três meses, ou seja, Janeiro, Fevereiro e Março e em Abril a comissão volta a se reunir para estabelecer uma nova meta.

Mauá, 30 de Janeiro de 2020.

Valtermir Pereira
Secretário de Finanças

Edilson Stela
Secretário Adjunto

Marcelo Marcolino Neto
Gerente – GGT

Wezer de Lamos Gomes
Inspetora Fiscal

Cristiano F. Pinto
Diretor - DFT

Nicodemos Rodrigues Gouvea
Fiscal de Tributos I

Carlos Gomes Freitas
Agente de Fiscalização III

Renan Blenner Nunes do Carmo
Agente de Fiscalização III